

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, realizada no dia vinte e nove (29) de novembro de mil novecentos e setenta e quatro (1974) para proceder às eleições do Conselho Seccional, para biênio de 01-02-75 a 31-01-77.

Aos vinte e nove (29) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), às nove horas (9:00), no salão do Tribunal do Juri, sito no primeiro (1º) andar do Edifício do Palácio da Justiça, nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, teve início a Assembleia Geral Ordinária da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco para o fim de processar a eleição de dezoito (18) membros do Conselho Seccional, para o período de 01.02.1975 a 31.01.77, tudo de acordo com o edital publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, no Diário de Pernambuco e no jornal do Comércio dos dias quinze (15) e catorze (14) do corrente, além de amplo noticiário da Imprensa diária desta Capital. Funcionaram quatro (4) mesas Receptoras de votos, sendo a primeira (1ª) presidida pelo Advogado NÍLTON WANDERLEY DE SIQUEIRA e integrada pelo





advogado NYTAMAR OLIVEIRA. a segunda (2ª) presidida pelo advogado MAURO GRIMBERG e integrada pelo advogado [PAULO BRAGA] eigo, pelo advogado Helion Theunes DE MELO; a terceira (3ª) presidida pelo advogado PAULO BRAGA e integrada pela advogada MARIA DA PENHA SILVA; e a quarta (4ª) presidida pela advogada CONCEIÇÃO MARIN PEREIRA DA COSTA MAIA e integrada pela advogada NUNCY DE BARROS CORREIA RELVAS, sendo os trabalhos supervisionados pela Diretoria e demais membros do Conselho Seccional. Inicialmente, o Sr. Presidente mandou que fôssem exibidas e examinadas as Mesas Receptoras de votos, havendo após, sido colocado o laço que garante a inviolabilidade das mesmas. Os trabalhos de votação tiveram início às nove horas (9:00) prosseguindo até às quinze horas (15:00). Encontrando-se no recinto vários advogados que não haviam votado, foram admitidos a fazê-lo, encerrando-se os trabalhos de votação às quinze horas e quarenta minutos (15:40). Em seguida, o Sr. Presidente do Conselho determinou a apuração das urnas, sendo as comissões apuradoras constituídas respectivamente do próprio Presidente, do Conselheiro JOÃO PINHEIRO LINS e dos advogados NELSON BRITTO, IVETE CHAMIÉ e ROMILDA GALVÃO e dos Conselheiros REINALDO CÂMARA, GERALDO NEVES, dos advogados RONALDO SOUTO MAIOR, MARIA DA PENHA SILVA e ESMERALDA CARRILHO. Votaram na primeira (1ª) urna quinhentos e noventa (590) advogados,



na segunda (2ª) urna quinhentos e noventa e sete (597) advogados, na terceira (3ª) urna quatrocentos e cinquenta e oito (458) advogados e na quarta (4ª) urna quatrocentos e dez (410) advogados, totalizando dois mil e cinquenta e cinco (2.055) advogados. Verificada a integridade das urnas, foram as mesmas abertas, iniciando-se a contagem das sobrecartas cujo número coincidiu com o dos votantes, havendo então os escrutinados os passando à apuração dos votos. Às vinte horas (20:00), quando já se processavam os trabalhos de apuração das quatro (4) urnas da Capital, o Presidente do Conselho recebeu as atas de apuração das urnas localizadas nas subseções de Coaraci e Garanhuns, onde votaram, respectivamente, cento e oito (108) e trinta e três (33) advogados, havendo o Sr. Presidente determinado que, na forma do artigo 43, parágrafo 3º, da Lei 4215, fossem computados no resultado geral do pleito os resultados apurados naquelas subseções. Computados os votos das quatro (4) urnas da Capital e das urnas localizadas em Coaraci e Garanhuns, o resultado geral do pleito foi o seguinte: Olegário de Oliveira (1196) mil cento e noventa e seis votos; Rodolfo Albuquerque Araújo (1182) mil cento e oitenta e dois votos; José Paulo Cavalcanti (1175) mil cento e setenta e cinco votos; José Guedes Correia Gondim Filho (1157) mil cento e cinquenta e sete votos; Jader Heráclio do Rego (1145) mil cento





e quarenta e cinco votos; Egidio Ferreira Lima (1143) mil cento e quarenta e três votos; Urbano Vitalino (1132) mil cento e trinta e dois votos. Antônio de Brito Alves (1131) mil cento e trinta e um votos; Abacir César Baracho (1129) mil cento e vinte e nove votos; Doxany Sampaio (1127) mil cento e vinte e sete votos; Otávio de Oliveira Wobo (1123) mil cento e vinte e três votos; Opivaldo Lima Filho (1123) mil cento e vinte e três votos; Ronaldo T. Santo Abaio (1114) mil cento e catorze votos; Overedo da Cunha Luna (1112) mil cento e doze votos; José Abacia Belo Calcananti (1104) mil cento e quatro votos; Rosinaldo da Rocha Leão (1102) mil cento e dois votos. Geraldo Abendonça (1099) mil e noventa e nove votos; Abácio Neves Baptista (1093) mil e noventa e três votos; Aurélio Agostinho da Boa Viagem (1090) mil e noventa votos; Rivaldo Cordeiro Pessoa (1089) mil e oitenta e nove votos; João Pinheiro Lima (1083) mil e oitenta e três votos; Geraldo de Oliveira S. Meus (1080) mil e oitenta votos; Sérgio Higinio Filho (1080) mil e oitenta votos; Babilon Tenório (1074) mil e oitenta e quatro votos; Jonas Ferreira Lima (1048) mil e setenta, digito, mil e quarenta e oito votos; Romualdo Marques Costa (1038) mil e trinta e oito votos. Abacir Alves Reis (1038) mil e trinta e oito votos. Fernando Albuquerque (1036) mil e trinta e seis votos. Ivan Moury Fernandes (1005) mil e cinco votos; Fleury Gibson (984) novecentos e oitenta e qua-







for Colaboração

Am

Ata de Assembleia Geral Ordinária do Odeam dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, realizada em 18 (dezoito) de março de mil novecentos e setenta e cinco (1975) em 1ª (primeira) convocação.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), na sede do Odeam dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, à Rua do Imperador, 235, nesta cidade do Recife, Estado de Pernambuco, deveriam reunir-se às 15:30 (dezenove e trinta) horas, em Assembleia Geral Ordinária, os advogados inscritos no Quadro de referida Seção para apreciar o Relatório, o Balanço e as Contas do Diretoria, relativos ao ano de 1974 (mil novecentos e setenta e quatro) conforme Edital publicado no Diário de Pernambuco, no Jornal do Comércio e no Diário Oficial, edições dos dias 02 (dois) e dois (02) de cada um dos meses respectivamente. O presidente Moacir Cesar Baracho verificando pela lista de presença, não haver "quorum" para a Assembleia e instalar em 1ª (primeira) convocação, mandou encerrar a reunião ficando designado o dia 24 (vinte e quatro) deste mês, às 15:30 (dezenove e trinta) horas de acordo com o citado Edital para se reunir em 2ª (segunda) convocação e com qualquer